

## SOCIO-ANTROPOLOGIA DO HIV/AIDS, CONTEXTO ÉTNICO RACIAL E CUIDADOS DE ENFERMAGEM

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-403>

**Data de submissão:** 28/04/2025

**Data de publicação:** 28/05/2025

**Marta Giane Machado Torres**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará - PPGSA/UFPA, Belém-Pará-Brasil.

Email: martaganetorres@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1809487581507508>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5847-6456>

### RESUMO

Diálogos, estudos, disciplinas em curso. Leituras de teorias decoloniais. Dimensionamentos de situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras étnicas ou raciais seguindo, dentre estas, as contribuições de Lélia Gonzalez, Julieta Paredes e Zélia Amador. Mulheres de inserção política e intelectual que aprofundam nuances histórica sobre a América latina e embasamento teórico de invisibilidades das populações negras com destaque para as que vivem na região norte do Brasil. Abordagens a contribuir com as questões de doutoramento. Viabilidades para descolonizar entendimento sobre a realidade imposta pela dominação do poder, do saber, do ser, que em muito fundamentam nossa lógica epistêmica. A estrutura deste estudo segue desenvolvimento pautado nos textos que dialogam com o entendimento epistemológico decolonial junto ao projeto de pesquisa. Ambientado na interação entre sociedade, Enfermagem e o dimensionamento da prática social desta profissão em território amazônico. Abrangências de discussão teórica e a Enfermagem dentre suas múltiplas inserções de cuidados ao indivíduo e comunidade. Da enfermagem social ao encontro de conhecimentos, da intelectualidade frente às relações das pessoas em seus contextos culturais. Intereração e proposições de doutoramento em Cuidados em casa: interface entre a Enfermagem, o ‘viver’ com HIV/AIDS e a assistência domiciliar terapêutica. A documentar cuidados de saúde entre as pessoas e profissionais de enfermagem recorrendo à antropologia como ferramenta para compreender as práticas de saúde. Aspiramos que a Enfermagem se estabeleça nesse campo de conhecimentos e que também formule críticas incisivas aos conceitos e práticas reducionistas.

**Palavras-chave:** Saúde coletiva. Amazônia paraense. Racismo. Antropologia social.

## 1 REFLEXÕES INICIAIS

Diálogos, estudos, disciplinas em curso. Sobretudo sobre as leituras de teorias decoloniais. A partir deste caminho optamos por dimensionar situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras étnicas ou raciais seguindo, dentre estas, as contribuições de Lélia Gonzalez (2018), Julieta Paredes (Spyer et al, 2019) e Zélia Amador (2019; 2020). Mulheres de inserção política e intelectual que aprofundam nuances histórica sobre a América latina e embasamento teórico de invisibilidades das populações negras com destaque para as que vivem na região norte do Brasil.

Estes estudos suscitam necessidades de abordagens que possam contribuir com as questões de doutoramento. Como um fio condutor e que abre portas para descolonizar entendimento sobre a realidade imposta pela dominação do poder, do saber, do ser, que em muito fundamentam nossa lógica epistêmica. Ao readequar, disciplinar por agenciamentos mascarados por histórias de heroísmo conforme compreensão subsidiada também por leituras complementares como a de Anibal Quijano (2005). A estrutura deste estudo segue desenvolvimento pautado nos textos que dialogam com o entendimento epistemológico decolonial, como identificado nas escrituras destas pensadoras.

Em dialogia com o projeto de pesquisa. Contextualizadas nas reflexões teóricas e lutas contra a opressão colonial. Em muito expressadas pelas violações dos direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho (Spyer et al, 2019). Ambientado na interação entre sociedade, Enfermagem e o dimensionamento da prática social desta profissão em território amazônico. Abrangências de discussão teórica e a Enfermagem dentre suas múltiplas inserções de cuidados ao indivíduo e comunidade. A partir da proposta de tese Enfermagem social ao encontro de conhecimentos, da intelectualidade frente às relações das pessoas em seus contextos culturais.

Epistemologias, fazer cotidiano, sofrimento, a vivência do outro, os serviços e cuidados de saúde. Interação e proposições de doutoramento em Cuidados em casa: interface entre a Enfermagem, o ‘viver’ com HIV/AIDS e a assistência domiciliar terapêutica. A documentar cuidados de saúde entre as pessoas e profissionais de enfermagem recorrendo à antropologia como ferramenta para compreender as práticas de saúde. Em um serviço denominado de Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecciosas Parasitárias Especiais (UREDIPE), em Belém, estado do Pará. Alicerçados por estudos contra hegemônico, decolonial, por uma Enfermagem a potencializar as lutas pelo Bem Viver amazônico (Torres, 2022). Doutoramento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sob orientação da professora doutora Mônica Conrado Prates.

Aspiramos que a Enfermagem se estabeleça nesse campo de conhecimentos e que também formule críticas incisivas aos conceitos e práticas reducionistas. Aplicado à territorialidade afro-

indígena onde se fortalece o saber da enfermagem em vias antropológicas. Com potenciais de intersecção entre morbidades no meio amazônico e as políticas públicas afirmativas que subsidiaram as ações de saúde e humanidades no recorte a que se imprime a infecção e adoecimento provocado pelo HIV/AIDS e outras comorbidades (Torres, 2016). Conectadas no combate de injustiças, eliminação do racismo e respeito à autonomia irrestrita dos povos originários (Conrado *et al.*, 2015; Krenak, 2019; Alves, 2020).

Acrescentamos que este estudo foi apresentado no V Seminário Internacional América Latina e Caribe no ano de 2024. Sob o mesmo título referido artigo contribuiu com as discussões do grupo de trabalho Racismos, colonialismos e diásporas na história da América latina e Caribe (GT 08). Oportunidade que proporcionou troca de conhecimentos e experiências entre os membros do grupo e temática abordada no processo de doutoramento<sup>1</sup>. Para a publicação na presente revista científica apresentamos dados e informações atualizados.

## **2 SOCIO-ANTROPOLOGIA DO HIV/AIDS, ENFERMAGEM E A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL**

A epidemia do HIV/AIDS e demais aspectos que envolve o trato com referido adoecimento. Somando-se ao que tem sido estudado, debatido, e pautado nas pesquisas pelo mundo e no Brasil. Sobretudo no que concerne à área das Ciências Sociais e Saúde Coletiva, com destaque para os estudos do campo da saúde e para o protagonismo assistencial dos profissionais que se dedicam no trabalho cotidiano. Ao encontro dos caminhos do estado da arte, de análises bibliográfica que contempla a evolução socioantropológica no contexto da terapêutica para o HIV/AIDS e possíveis desdobramentos para os cuidados mediados pela enfermagem.

Destes levantamentos são elencadas impressões da primeira década dos fatos sociais da epidemia da AIDS e desenvolvimento do conhecimento pelas comunidades científicas. Dentre estes estudos consta a tese em SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência. E Ciência, poder, acção: as respostas à SIDA. Escrituras e produções da antropóloga Cristiana Bastos correspondentes às respostas globais à AIDS. O investimento epistemológico de Bastos (1997; 2002) traz contribuições no campo da medicina social no estado do Rio de Janeiro em suas articulações mundiais. Uma etnografia local com sistema-mundo. Ao seu ver o estudo em questão agrega o mundo da Antropologia longe de etnografias ligadas à dominação. Dos exotismos sem contexto de domínio colonial conforme reafirma em uma entrevista concedida recentemente (Miller, 2022).

<sup>1</sup> Ver anais V SIALAT, p. 2095-2114 em: <https://sialat2024.com.br/wp-content/uploads/2024/07/GT08-COMPLETO-1.pdf>

Estes aprofundamentos consubstanciam outras pesquisas que tratam sobre a evolução da AIDS globalmente bem como das expressividades peculiares a determinados contextos. Tais quais os embasamentos como o de Sanabria (2013). Em *O Negacionismo do HIV e o Acesso aos Antirretrovirais na África do Sul*, tese de doutorado, este pesquisador estabelece correlação com estudos de Cristiana Bastos e outros autores que se dedicam em detalhar os meandros da resposta global ao HIV/AIDS:

Para Bastos, assim como para Mann & Tarantola, as reações que seguiram-se ao surgimento da AIDS são compreensíveis em decorrência do modo como a epidemia foi caracterizada. Em 1985 já era evidente que a epidemia tinha muito mais implicações, para além da ideia, predominante nos círculos epidemiológicos norte-americanos, de que se tratava de um fenômeno que atingia exclusivamente homossexuais brancos e urbanos. Na Europa, de acordo com Bastos, a compreensão era outra: as manifestações da doença nesse continente apontavam à África, uma vez que muitos dos primeiros pacientes da nova síndrome provinham de lá. Um elo africano parecia mais plausível para os cientistas europeus do que um elo homossexual. Para os pesquisadores estadunidenses, porém, essa ideia era tão bizarra como a de ser uma “doença homossexual” parecia aos europeus e aos africanos. E, assim, foram desenhadas duas representações de duas epidemias, uma de homossexuais americanos e outra da África em geral. Essa polarização persistiria (Sanabria, 2013, p. 219).

O autor em questão chama atenção para o que se tem produzido sobre o assunto ora abordado. Referindo-se a cronologia AIDS desde 1980<sup>2</sup>, onde uma parte considerável das informações enfocam, sobremaneira a emergência dos chamados “grupos de risco”, omitindo, no seu entender outros detalhes da história da doença.

Passadas quase duas décadas do início da epidemia, Mann & Tarantola (1998) constatavam como a resposta global ao HIV/AIDS ilustra o fato de que o modo como um problema é definido determina aquilo que acreditamos pode ser feito e o que de fato é feito para encará-lo. Esses autores propunham no final dos anos 1990 quatro fases para caracterizar a resposta global ao HIV/AIDS: de ser considerada como um “perigo” sobre o qual era necessário estar alerta, passou a ser vista como um problema de comportamento individual, depois como uma questão de comportamento, mas “contextualizada socialmente” e, enfim, colocou-se como assunto vinculado fundamentalmente aos direitos humanos (lembre-se o caso Nevirapina apresentado na primeira seção). Para estes autores, “a resposta ao HIV/AIDS recapitula a história da Saúde Pública e como ela tem enfrentado e precisa tratar os desafios do comportamento humano”. Bastos (2002, p. 36), por sua vez, assinala que a perspectiva dominante da AIDS definiu a epidemia a partir de um número de variáveis relevantes para os “países desenvolvidos” e de outras para os “países em desenvolvimento”. Nos primeiros enfatizou-se a existência de “risco” em certos grupos sociais em função de comportamentos individuais como a homossexualidade e o uso de drogas injetáveis. Nos segundos a explicação da doença incluiu variáveis sociais como a pobreza, a privação, as imigrações laborais e a urbanização explosiva. Porém, ainda segundo esta autora, os dados do “mundo em desenvolvimento” não foram levados em conta nas formulações teóricas e metodológicas na epidemiologia da AIDS em escala mundial. Assim, as variações epidemiológicas na África “foram domesticadas pela definição de um padrão II, africano, idiossincrático e de referência heterossexual” (Sanabria, 2013, p. 218)

<sup>2</sup> portal de Internet <https://www.beintheknow.org/understanding-hiv-epidemic/context/origin-hiv-and-aids>

O foco de sua tese e artigo (Sanabria, 2017) retrata o debate da AIDS na África do Sul. Desde a implementação de um programa nacional, desdobramentos e conflitos em torno do caso do medicamento Nevirapina relacionados, sobretudo aos protagonismos das mulheres versos direitos sexuais e direitos reprodutivos:

Os depoimentos apresentados pelos representantes da TAC incluíam os pareceres técnicos de especialistas de áreas que iam da pediatria, da farmacologia e da epidemiologia à saúde pública, a economia e a estatística. Outros documentos apresentados pela TAC consistiam de testemunhos de médicos, enfermeiras e conselheiros que lidavam diariamente com a “tragédia humana” das mães que viviam com o vírus do HIV e seus bebês. Igualmente, incluíam “relatos comoventes” de mulheres HIV positivas que “suplicavam pelo acesso à nevirapina para elas e seus bebês” nas instituições de saúde públicas onde o fornecimento era proibido (parágrafo 6). [...] Esta mudança na política pública sul-africana do HIV e da AIDS representaria um novo momento da resposta oficial à epidemia. Todavia, os percalços da efetiva implementação de um programa nacional e os desdobramentos deste conflito ao longo dos anos seguintes demonstrariam que o caso Nevirapina surgiria como prenúncio e ao mesmo tempo síntese do que ficaria conhecido como o “debate da AIDS” na África do Sul (Sanabria, 2013, pp. 46, 65)

Avançando na linha de estado da arte deste campo de pesquisa o estudo de Oliveira (2020) mapeou e pesquisou no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES estudos brasileiros em HIV/aids na área de Ciências Sociais no período de 28 anos da epidemia do HIV/AIDS. Estudo de doutoramento intitulado de A pesquisa em HIV/AIDS nas Ciências Sociais: uma análise das teses e dissertações brasileiras (1990-2018). Os resultados de suas análises apontam as práticas terapêuticas e de cuidado como temas menos frequentes. Bem como a carência de estudos junto à população negra e aos indígenas. Resultados relevantes do que concerne o contexto étnico racial da socioantropologia do HIV/AIDS foco desta análise.

Referido estudo apresenta compilação onde o Brasil se destacou como modelo por suas políticas de diagnóstico e tratamento gratuito. Entretanto, ressalta, respeitado ganhos e conquistas a realidade dos tempos recentes aponta retrocessos, governos conservadores em território nacional e em outras regiões do mundo. Compilado que apresenta conexão entre as ciências e as políticas que possibilitaram estratégias eficazes para o enfrentamento da doença. Como viabilidades de fundos internacionais para financiamento às pesquisas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Criação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), testes diagnósticos e medicamentos; ensaios clínicos pautados na ética e medicamentos com preços reduzidos, fluidez no uso da terapia antirretroviral que torna o HIV uma doença crônica.

Apesar dos avanços científicos recentes no tratamento e prevenção ao HIV (DAVIS; SQUIRE, 2010)3, uma vacina preventiva ou a cura universal ainda não foi alcançada e desafios relacionados ao diagnóstico e tratamento persistem (PARKER, 2015). Por esses motivos, a UNAIDS (2018) estima que 74,9 milhões de pessoas foram infectadas pelo HIV e 32 milhões morreram de doenças relacionadas à aids desde o início da pandemia até o fim de 2018. A

agência internacional estima ainda que 37,9 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com o HIV atualmente, em maior ou menor grau de vulnerabilidade. (Oliveira, 2020, p. 230).

Outra análise que contribui para os propósitos deste estudo aborda um dossiê da ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) organizado pelo Grupo de Trabalho DST/HIV/AIDS, Políticas e Subjetividades das edições do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, nos anos de 2013 e 2016. O artigo denominado HIV/AIDS: sexualidades, subjetividades e políticas, elaborou conteúdo fruto de debates na Saúde Coletiva (Mora *et al.*, 2018). Precisamente apontam resultados das ações e propósitos da Comissão de Ciências Humanas e Sociais em Saúde da ABRASCO em colaboração com diversas instituições e seus Programa de Pós-Graduação como: Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social/UERJ; Antropologia e Sociologia/UFPB; Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz; Psicologia/UFPE. O artigo fruto destas articulações institucionais de pesquisa sustentam reflexões diante da quarta década da epidemia no Brasil. Entre outras questões dimensionam marcos e transformações nos discursos e nas estratégias de prevenção e de assistência no contexto do HIV/AIDS.

Esta análise proporcionada por Mora *et al.* (2018), seu conteúdo analítico viceja para além da visão epidemiológica em muito imperativa nos estudos relacionados a epidemia do HIV interrelacionados ao adoecimento da AIDS. Referido estudo sustenta que o estado brasileiro sob a égide das Ciências Sociais, Humanas e Saúde Coletiva tem produzido vasta literatura sobre HIV/Aids, políticas e subjetividades desde o início da epidemia. Análises estas que têm contribuído para relativizar conceitos elaborados pela epidemiologia. Ao possibilitar compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos à doença. Resultando na construção de planos e políticas mais próximos das realidades culturais.

Vale acrescentar que o artigo de Mora *et al.* (2018) foi um dos estudos que ancorou um trabalho apresentado no 13 Congresso da ABRASCO<sup>3</sup> enquanto relato de meus estudos em diálogo com o diário de campo. Abordei análise a partir da consulta de enfermagem e uma mulher parda que vive com HIV na sua quarta gravidez (Torres, 2022). Deve-se levar em consideração a relevância da temática AIDS na saúde pública, pois: “sabe-se que, no Brasil, apesar de a epidemia apresentar tendência de estabilização, os casos de aids estão aumentando entre os mais pobres, onde a população negra encontra-se em maior proporção.” (Brasil, 2005, pp. 8 e 9). Esta publicação do Ministério da saúde registra que em 2003, quase 62% dos casos notificados de AIDS assinalavam declaração de cor.

<sup>3</sup> Enfermagem e a socioantropologia do HIV/AIDS na Amazônia paraense: mulher, parto, transmissão vertical em fragmentos de um diário de campo. Anais do 13º Congresso brasileiro de Saúde Coletiva ISSN:2965-2154, Vol. 2, 2022 – 161271. Relato de pesquisa.

No rol dos estudos a respeito das pessoas que tem sido infectada pelo vírus HIV há também compreensões da saúde em antropologia e as políticas de Ações Afirmativas (AA) para a saúde dos negros no Brasil. Encontramos fundamentações na tese de doutorado em Antropologia Social, de Adailton da Silva (2018), intitulada “Corpo negro e saúde: um estudo sobre afrobrasileiros, aids e ações afirmativas”. Uma análise crítica sobre como o corpo negro atravessa a questão antropológica a partir do Século XIX, e estabelece diálogo com as ciências da saúde. Estudo enredado nas Políticas públicas, de recorte empírico, numa interface com a população negra e a epidemia de HIV/aids. Traz aportes teóricos, sobretudo como “formulações colonialistas e higienistas acerca desta população contribuíram para a proliferação de certa formulação do lugar destinado aos africanos e seus descendentes na narrativa que trata da epidemia de Aids no mundo” (Oliveira, 2020, p. 256).

O significativo estudo de Adailton da Silva, defendido pelo Universidade Federal do Amazonas no ano 2018, contempla abordagem diante da antropologia que em muito caracterizava os africanos e seus descendentes em uma condição de quase-humanidade, enfatiza este autor. Realça fundamental aspectos desfavoráveis que se perduram ao longo do tempo, tais como a ausência de plena saúde, seja por hábitos e contextos insalubres, por herança cultural e biológica, ou organização social incapaz de prover adequadas condições de vida. Suas afirmações dão conta de incrustadas sustentações pela antropologia colonialista e a militância pan-africanista. Realce depreciações comparativas entre o processo de construção do reconhecimento da diferença de afroamericanos e ameríndios na comunidade das nações. Anunciando o devido lugar destinado aos africanos e seus descendentes na narrativa que trata da epidemia de Aids no mundo (Silva, 2018).

À guisa dessas elocubrações e identificação a respeito da evolução de pesquisas sobre o assunto específico do HIV/AIDS no contexto étnico racial e envolvimento com o mundo enfermático. Vislumbrando possibilidades de integração dessas perspectivas emerge pesquisas científicas do campo da enfermagem da Amazônia paraense. Uma dissertação de mestrado (Moraes, 2018), do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade Federal do Pará aponta casos de HIV/aids em idosos no Pará. Contextualizada no meio amazônico dimensiona que de 338 notificações HIV/aids em idosos nos dez anos estudados (2006-2015) a grande maioria corresponde a cor da pele negras e pardas. Sendo variáveis preta 16 (4,73%) e parda 273 (80,77%). As informações encontradas na referida pesquisa são provenientes de técnicas de análise espacial e representação em mapas temáticos que identificaram os municípios com maior risco de adoecimento por HIV/aids. A discussão com esse significativo dado consta unicamente “inferiram que o aumento da epidemia na população parda poderia estar vinculado à pauperização da doença e dificuldade de acesso aos serviços de saúde” (Moraes, 2018, p. 45). Aqui

o dado coletado referente a cor da pele talvez precise ser mais profundadamente explorado. Como diz Zélia Amador de Deus:

Mas há informações importantes que merecem ser bem mais analisadas (...). Nossa intenção não é só refletir melhor sobre estes dados, mas também ampliar o nosso conhecimento do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Nesta pesquisa, nos concentramos, sobretudo na população pertencente às camadas médias. Todos sabemos que o negro está majoritariamente representado nas camadas subalternas da sociedade (Deus, 2020, p. 31).

Da mesma maneira tecendo articulação com os entendimentos epistêmicos e reflexões do adoecimento provocado pelo HIV e questão racial:

É possível observar a carência de estudos dedicados à população negra (há apenas duas pesquisas sobre mortalidade de mulheres e homens negros e mulheres vivendo com HIV/aids em contexto africano), indígenas e outras expressões de gênero e sexualidade para além das citadas.[...] estudo que articula múltiplas diferenças e desigualdades em contextos específicos é a primeira tese de doutorado localizada no banco de dados, de autoria de Carmen Dora Guimarães, intitulada “Descobrindo as mulheres: uma antropologia da aids nas camadas populares”, defendida em 01/10/1998, no Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa de Guimarães (1998) merece destaque por seu caráter pioneiro ao atentar para as interseções de múltiplas categorias, como raça e classe, na realidade mulheres de camadas populares do Rio de Janeiro (Oliveira, 2020, p. 247).

Quanto ao substrato epistemológico da Enfermagem da Amazônia paraense aos meandros da política brasileira que vem trabalhando diretamente com HIV ou que se interessam academicamente pelo debate da AIDS. Destaco o estudo de Nunes e Ciosak (2018) que se dedica pela evolução histórica da terapêutica para o HIV/AIDS. Sinalizando avanços e principais mudanças ocorridas durante as várias décadas de epidemia no Brasil. A pesquisa elabora questões relacionadas a efetividade dos atuais protocolos e adesão ao tratamento. Bem como da qualidade da assistência à Pessoa Vivendo com HIV/AIDS (PVHA). A análise projeta o destaque nacional dentre demais países, enquanto modelo para o tratamento, controle e atenção à AIDS.

Esta análise dissertativa levanta questões sobre eficácia e eficiência do conjunto de medidas que incidem no trato com o desdobramento que incorre após diagnóstico confirmado pela presença do HIV. Compreende que tal efetividade é fruto da promoção a intervenções no Sistema Único de Saúde (SUS), mediante o tratamento com antiretrovirais da infecção provocada pelo HIV. Visto determinações governamental que garantem a Terapia Antiretroviral (TARV) como parte da política brasileira de saúde, contemplado o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde e aos medicamentos.

Entretanto este recente estudo (Nunes e Ciosak, 2018), igualmente como a análise de Moraes (2018), ambos oriundos da enfermagem epistemológica deixam de lado reflexões que dialoguem com

o contexto étnico racial e a morbidade HIV/AIDS. Retratam aspectos sobre a história da adesão à TARV e seu impacto na prevenção do HIV. E dos desafios, cuja meta é o controle e erradicação da epidemia, assegurando a sua continuidade, desenvolvendo estratégias de mensurar, monitorar, aumentar e manter a adesão. Cadê as referências sobre Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS (Brasil, 2010); Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis (Brasil, 2008); Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids (Brasil, 2005)?

São suscitados fundamentos sem correlação com os fatores e determinação social da saúde. O estudo aponta ser necessário maior conscientização e comprometimento dos profissionais de saúde para fazer parte desta luta rumo à máxima adesão à TARV, no qual a enfermagem tem importante participação (Nunes e Ciosak, 2018). E o que se fala sobre articulação no Programa de Aids do Brasil e a luta contra o racismo e o enfrentamento da epidemia?

Após décadas desde o aparecimento da epidemia, o tratamento das PVHA sofreu grandes modificações. Os primeiros casos recebiam cuidados paliativos, envolvendo principalmente a enfermagem e a adoção de medicamentos para o controle das complicações infecciosas. Com a evolução das pesquisas, foram adotadas novas combinações de drogas conhecidas como terapia antirretroviral (TARV), cujas funções são: inhibir a replicação do vírus no organismo; preservar a função imunológica; [...] O Brasil, ao longo de várias décadas de epidemia, tem se preocupado com a qualidade da assistência à pessoa com HIV/AIDS. Vem se destacando como um dos países modelos de tratamento, controle e atenção à AIDS, promovendo intervenções, principalmente devido à introdução a partir de novembro de 1996, no Sistema Único de Saúde (SUS), da TARV como parte da política brasileira de saúde, contemplando o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde e aos medicamentos.

Comparada a outras doenças milenares e estigmatizantes [...] o tratamento da AIDS, em pouco mais de 30 anos, conseguiu um avanço importante, no qual várias drogas foram utilizadas e substituídas. Melhorou-se o seu tratamento e controle, pois os ARVs são também utilizados como forma de diminuição da transmissão do vírus, uma vez que o uso regular diminui consideravelmente a carga viral e, na maioria dos casos, a mantém indetectável<sup>7</sup> (Nunes Júnior e Ciosak, 2018, p.1104).

Chegando nas finalizações deste tópico, no que tangencia a sócio-política do HIV/AIDS no Brasil é imperativo registrar que o quesito raça/cor tem inclusão no SINAN (Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação) a partir de 2001. E que em 2003, em torno de 20% dos casos de AIDS não tinham essa informação preenchida. Ainda sobre constatações presentes no Programa de Ações População Negra e Aids: “Em nenhum estado brasileiro o IDH da população negra foi maior do que o da população branca. Isso significa que as desigualdades raciais permanecem em todos os estados brasileiros, independentemente de seu estágio de desenvolvimento (Brasil, 2005, p. 15)

### **3 ENFERMAGEM, DIÁLOGOS EM CONTEXTO TERRITORIAL DA PROPOSIÇÃO DE TESE**

A conversa incidente com nosso projeto de tese versam sobre cuidados, adoecimentos, e dessa intercâmbiação com o saber da enfermagem em território amazônico. Entrelaça-se aos argumentos encontrado no conjunto dos textos, escrituras, e reflexões epistêmicas partilhadas por estudos do campo teórico de percepções e narrativas descolonizadoras vivenciados nos anos de doutoramento entre 2021 e 2024. Estímulos aos exercícios teórico analítico com o campo de pesquisa e práticas cotidianas do mundo enfermático.

Dinâmica reflexiva de análise situacional prática. Campo da pesquisa, serviços de âmbito estadual em Belém. Especializado no trato de pessoas infectadas pelo vírus HIV na UREDIPE. Ambientado à enfermagem e aos fatores internos e externos pela implementação da política de saúde. Região amazônica, vias fluviais, estradas asfaltadas e de piçarra. Realidade de chegada e partida diferenciada pelas condições objetivas de deslocamento que se impõe. Aqui ilustrativos fragmentos do diário de campo. O serviço comporta assistência ambulatorial às pessoas que moram nos municípios do Pará, incluindo o município de Belém, mesmo que este município também tenha um serviço especializado a assistir as pessoas infectadas e adoecidas pelo HIV/AIDS. Trazemos situações do cotidiano do serviço que suscitam reflexões. Naufrágio, adoecimentos, vidas pretas quilombolas de cidades marajoara. E trechos de descrição etnográfica, seguido de análise crítica com base na leitura proposta quanto a morbidade e a política do Programa Nacional de DST/AIDS, com recorte às mulheres vivendo com HIV no período reprodutivo.

Parte desta reflexão mobilizou conexões com o evento da V Reunião de Antropologia da Saúde ocorrido na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em novembro de 2023. Integrando um artigo apresentado sob o título “Antropologia, saúde e enfermagem: reflexões sobre cuidados e a determinação social da saúde no contexto étnico racial amazônico”. No grupo de trabalho GT17 - Trabalho, Ambiente e Saúde: experiências de bem viver e resistências nos territórios<sup>4</sup>.

Uma segunda-feira, quando na consulta de enfermagem uma pessoa do arquivo com prontuário em mãos se antecipa dizendo aqui tem um faltoso. Há tempos sem remédio do vírus. Entram no consultório um rapaz claudicante e sua tia. O acompanha porque é analfabeto e não sabe andar em Belém. Falam também que viriam na semana anterior e que perderam a viagem por excesso de passageiros. Por pouco não foram vitimados por um naufrágio ocorrido em setembro de 2022. Relatam que muitas das pessoas que morreram, moravam nos quilombos próximos de suas residências. Como na UREDIPE, perdera consulta no Hospital Metropolitano. Sofreu fratura múltipla do fêmur. Acidente

<sup>4</sup> Ver em [https://drive.google.com/file/d/1Tns\\_G9HxXwSEqITc4mX79EZA79VNn5LB/view](https://drive.google.com/file/d/1Tns_G9HxXwSEqITc4mX79EZA79VNn5LB/view)

ocorrido enquanto trabalhava na pesca em alto mar. Ao lançar a malha um suporte de giro automático desprendeu-se atingindo sua perna. Sem carteira assinada, contrato de trabalho de boca, ressalta sua tia. Com a pandemia da covid 19 e também sem dinheiro não deu para cumprir agendamentos integralmente. Das outras necessidades de cuidados resultou pendências para o controle do vírus HIV.

Quebradura há dois anos, ainda drena secreção. Precisa de cuidados. Tia lamenta limitação do sobrinho para trabalhar e custear tanta despesa. Uma pessoa negra imersa num contexto de culpabilização que a colocam diante de barreiras que impedem, dentre os demais direitos sociais, seu direito de receber tratamento integral aos adoecimentos que lhe afetam a vida. Aqui no papel de enfermeira, no tempo ordinário do trabalho, até podemos dizer que temos um paciente e tia quilombola, mas “Como a gente se relaciona com esse outro que é diferente e marca uma diferença com você? O que significa diferença? – Desigualdade? Inferioridade? Você entendendo o outro tem elementos para se entender” (Gonzalez, 2018, p. 378).

Compreender determinadas realidades e epistemologias. Realidade local, das questões socioculturais explicitadas neste território amazônico, diverso e de peculiaridades plurais. Dentre problematizações e abordagens quais são a base de pensamento que norteiam as condutas opressivas e de humanidades negadas para determinados grupos. Ainda, como estas formas de pensar trazem obstáculos para as políticas públicas. Como trabalhar a compreensão de âmbito global para pensar regionalmente, localmente. Como problematizar outras questões relacionadas a estruturas de dominação que recai sobre a sociedade e o estado.

A outra personagem/interlocutora usuária do serviço. Dos registros de campo correspondentes aos anos 2021 e 2022. FHP tem 30 anos, parda, servidora pública municipal. É Pessoa Vivendo com HIV (PVHIV) desde o nascimento, junto com sua irmã gêmea. Parceiro (convivem há 12 anos) e os três filhos são soronegativos para HIV. Faltosa desde 2019. Quarta gravidez. Na consulta de enfermagem diz ter tentado laqueadura, sem êxito. Encaminhada para pré-natal especializado em outro estabelecimento materno infantil e adolescência. Via telefone relata alegria em ter conseguido retirar as trompas. Enfatiza que ela e sua mãe imploraram por este procedimento há tempo esperado. Quarto parto cesáreo. Profilaxia com antirretrovirais para a criança, alimento fórmula láctea (Diário de campo, UREDIPE, set.2021 e mai. 2022).

FHP apresenta adesão ao tratamento prejudicada. Marido trabalha de bico. Vivem em casa alugada. Mora em um município que tem serviço especializado para sua situação de PVHIV. Mas teme violação do sigilo da sua condição sorológica naquela localidade. No prontuário constam informações pertinentes ao diagnóstico, tratamento, profilaxia da transmissão vertical, terapia antirretroviral em

gestantes. Bem como informações que envolvem seus anteriores períodos gravídicos. Sua mãe e irmã também são assistidas pela UREDIPE, igualmente apresentam dificuldades para aderir ao tratamento.

Avanços no acesso à prevenção, diagnóstico, tratamento e cuidados eficazes. A infecção pelo HIV tornou-se uma condição de saúde crônica gerenciável. A região norte desonta em taxa de gestantes infectadas em dez anos segundo Boletim Epidemiológico HIV de 2020. Aponta também que Belém amplia taxa de detecção de HIV em grávidas e crianças abaixo de 5 anos de idade (BRASIL, 2020). A política pública segue a se efetivar, mas os desafios se interpõem exigindo maior presença da gestão estadual e municipal pela garantia além do manejo do diagnóstico no pré-natal e à melhoria da vigilância na prevenção da transmissão vertical do HIV. Neste aspecto, para Zélia Amador de Deus (2020) é necessário antever especificidade do sujeito de direito, em sua particularidade e peculiaridade:

Conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada. Os grupos que carecem dessa proteção particularizada são aquelas vítimas de discriminações. A discriminação, suprimindo direitos fundamentais, os coloca em situação de vulnerabilidade. É neste cenário que negros, povos indígenas, mulheres, crianças e demais grupos passarão a ser visto nas especificidades e particularidades de sua condição. A cena, portanto, está pronta para que seja adotada uma nova concepção de igualdade. Neste caso, uma concepção substancial da igualdade, a igualdade material (Deus, 2020, p.102)."

As leituras de teorias decoloniais são consubstanciais para compreender situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais e reiteradas violações dos direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho (Spyer *et al.*, 2019). Literatura de contextualização sociopolíticos, culturais, locais e regionais, abordagem de gênero, raça, classe e de outras categorias de diferenciação. Caminhos e fluidez do pensamento a partir da centralidade de sujeitos negros, especialmente de mulheres negras. Há que se fortalecer produções que ultrapassem obstáculos diante das referências acadêmicas das Humanidades que vigoram marcadas por uma lógica eurocêntrica que hierarquiza o conhecimento e privilegia apenas uma vertente de pensamento, o Ocidental (Barreto, 2019).

Questões levantadas por estudos como o de Lélia Gonzalez (2018), por exemplo, suscitam necessidades de abordagens que possam contribuir com as nossas questões de doutoramento do mundo enfermático amazônico. Como um fio condutor e que abra portas para descolonizar entendimento sobre a realidade imposta pela dominação do poder, do saber, do ser, que em muito fundamentam nossa lógica epistêmica. Ao readequar, disciplinar por agenciamentos mascarados por histórias de heroísmo. Do que vimos das leituras complementares, Anibal Quijano (2005) consolida uma ponte analítica que aproxima destas epistemologias decoloniais e teoria crítica. "A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e (...) processos históricos (...) codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça" (Quijano, 2005, p.117). Firma

parâmetro como a estrutura biológica para situar relação natural de inferioridade. Ideia de raça assumida pelos conquistadores, sustenta Quijano, como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia.

Do contexto apresentado, é fundamental trazer publicações que trabalham construções de conhecimentos dialógicos à linha de pensamentos de autorias que mobilizam a compreensão de ser e estar da enfermagem científica que pesquisa. E das discussões teóricas sobre o cotidiano do cuidado em saúde sob a ótica contra hegemônica do saber em um determinado território com o da Amazônia Paraense. Nesse sentido a leitura de Habitar o antropoceno, e o posicionamento político cultural de Jera Guarani (MOULIN, 2022) estabelece elo profundo com nuances dos determinantes sociais da saúde, iniquidades em saúde e justiça ambiental. Aportes significativos para entender a politização dos processos sociais de saúde-doença, por exemplo. Haja vista as condições de saúde de segmentos sociais situados em contextos espaciais de desigualdades socioeconômicas, ambientais e culturais.

Da mesma forma Zélia Amador de Deus (2019) nos fomenta de embasamento teórico sobre a contexto de invisibilização das populações negras com destaque para as que vivem na região norte. Fala presente em Jornada das pretas 2022, sobre a existência de pessoas negras, censos demográficos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. E afirmações de que no Pará e no Amapá há considerável quantitativo de população negra (Oliveira, 2022). Propõe, portanto maiores aprofundamentos sobre o racismo e discriminação racial por parte da academia:

Alguns antropólogos, muitas vezes, estão mais interessados em estudar as relações de parentesco, as manifestações folclóricas, a religiosidade e outras temáticas consideradas exóticas, enquanto as práticas racistas são sempre deixadas de lado. Os olhos não veem e, provavelmente, os corações não sentem. Ressalto que essa foi a regra na Academia, muitas vezes, pelo fato de a maioria dos pesquisadores acadêmicos ser originária dos grupos raciais dominantes. Acrescente-se a isso a falta de experiência desses pesquisadores com o racismo e a discriminação racial.

Nesse caso, há de se considerar, também, o fato de que, em muitas situações, esses pesquisadores acadêmicos beneficiam-se do racismo e da discriminação racial, obtendo privilégios. E mais. A Academia tem-se pautado pelos valores eurocêntricos. Contudo, nem todos os brancos são essencialmente racistas. Felizmente existem muitas pessoas brancas – dissidentes de seu grupo de origem racial – que enfrentaram ou enfrentam o rigor da Academia nesse aspecto. Esses pagaram e muitos ainda pagam o ônus da rebeldia e, nem sempre, o objeto de suas pesquisas é considerado empreendimento relevante. Esses rebeldes costumam enfrentar, também, dificuldades com as agências de fomento e, muitas vezes, não conseguem apoio para desenvolver suas pesquisas (Deus, 2019, p. 19).

#### **4 CUIDADOS DE ENFERMAGEM, ADESÃO AO TRATAMENTO E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DESCENTRALIZADA PARA O HIV/AIDS EM BELÉM**

Políticas públicas e a saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas. Território da Amazônia. A cidade de Belém, capital do Pará (144 municípios) concentra 08 equipamentos de saúde direcionados para assistência ao HIV/AIDS. Destes equipamentos um está localizado no distrito

D'água, bairro do Guamá que dá suporte logístico assistencial para a ilha do Combú (figura 01). E ainda há dois destes equipamentos que comportam especificidades na assistência (diagnosticam HIV e prestam acompanhamento ambulatorial com dispensa de medicamentos antiretrovirais). São eles: o Centro de Atenção à Saúde em Doenças Infecciosas Adquiridas/CASADIA que abrange Belém e as ilhas. E a outra é a UREDIPE, que assiste todos os municípios paraense incluindo Belém. Ambos localizado no bairro do Telégrafo.

Figura 01: Mapa localiza o bairro do Guamá nas confluências com a ilha do Combú, Belém/Pará, 2024.



Fonte: IV Workshop - Projeto MEGAM (NAEA/UFPA, 2001)

Fonte: Imagem publicado no site Slid Player por Benício Santos<sup>5</sup>.

O site do SICLOM GERENCIAL<sup>6</sup> destaca atualizações sobre unidades de saúde cadastradas e ativas que dispensam medicamentos antirretrovirais. Na plataforma de gerenciamento logístico consta que 45 municípios do Pará estão envolvidos no trato ao adoecimento provocado pelo HIV. Deste universo que abrange a descentralização da gestão e assistência às PVHA se efetiva desde 2023 em Belém. Concretamente acontece a descentralização assistencial ao HIV/AIDS nesta parte territorial do Pará. Estendendo-se por todo os lugares que circundam a cidade de Belém, envolvendo potencialmente a região das ilhas. É deste efetivo e substancial fato que coloca em cena um pouco da vivência de duas trabalhadoras enfermeiras: uma da UREDIPE (Torres, 2016) e a outra da Atenção Primária de Saúde.

<sup>5</sup> <https://slideplayer.com.br/slide/3201405/>

<sup>6</sup> Unidades Dispensadoras de Medicamento (UDM) ver em <https://azt.aids.gov.br/> acesso em 07 mai. 2025.

A contextualizar a dinâmica dos cuidados, tratamento e adesão das pessoas em condições de vida ribeirinha.

Conexões, convivência e interação entre sociedade, enfermagem e o dimensionamento da prática social desta profissão em território amazônico. Reflexões referentes a implementação de políticas públicas a partir dos agentes envolvidos nas elaborações e para qual população as políticas têm sido pensadas. Políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS, por exemplo, numa perspectiva da interseccionalidade de raça *ou etnia, classe social, localização geográfica* entre outros. As enfermeiras (figura 02) se conectam ao conversarem sobre PVHA em situação de abandono na UREDIPE e que aderiram ao tratamento no serviço próximo de sua morada ribeirinha.

Figura 02: Enfermeiras Marta Giane e Tatiane Serrão Paiva no cais da ESF Combú. Furo do Combú, Belém/Pará, 2024.



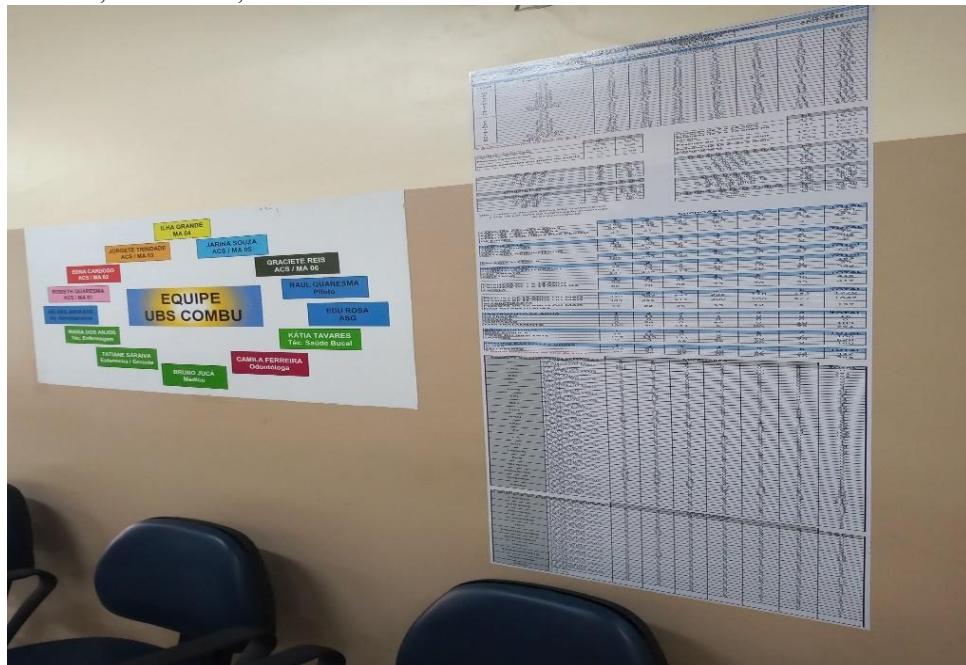
Fonte: Registro fotográfico do arquivo pessoal de Marta Giane Machado Torres.

Panorama situacional e implementação das políticas públicas frente aos desafios marcados pelo cotidiano urbano/periurbano e rural. Observações oriundas nas práticas/processos, estresses diários, fragilidades das redes comunitárias, na ausência de um suporte social, nas restrições de acesso, nas desigualdades e iniquidades do cuidado e assistência. Segue relato dirimindo aspectos do processo municipal de descentralização do tratamento de HIV/AIDS para um serviço de Estratégia Saúde da Família (ESF) ribeirinha.

A ESF Combú acompanha cerca de 03 mil ribeirinhos. Dentre os serviços de saúde recentemente foi incluso a Terapia Antirretroviral/TARV para o tratamento de 05 PVHA moradoras da

ilha (figura 03), no ano de 2023. Por conta da dificuldade financeira e de transporte para chegar à CASADIA e UREDIPE em Belém 04 destas pessoas haviam abandonado o tratamento. Outra (52anos), devido apoio logístico da família (transporte fluvial/urbano) sempre teve boa adesão aos medicamentos e assiduidade às consultas/exames.

Figura 03: Painel apresentando equipe de trabalho e quadro de doença (05 casos HIV) ou condição referida na parede do corredor da ESF Combú, Belém/Pará, 2024.



Fonte: Registro fotográfico do arquivo pessoal de Marta Giane Machado Torres.

Há vários meses, entretanto, as pessoas de idade entre 29 anos e 45 anos, sendo 02 pardas e 03 negras retomaram o tratamento no seu lugar de morada e atravessando o rio já realizam os exames controle CV/CD4 na UMS Guamá (distrito D'ÁGUA). Fato esse que transformou a ESF Combú na primeira APS de Belém a descentralizar dispensação da TARV. Marco afirmativo para os cuidados entre serviço e as pessoas que estavam em situação de abandono. Ressaltando que há tantos meses a pessoa de 45anos se encontra indetectável (carga viral regredindo e melhora do sistema imunológico) e em união estável novamente.

O processo que incorporou importante serviço na ilha aponta perspectiva de vida com qualidade a essas pessoas. Que passaram a ter baixo custo financeiro e acompanhamento mais completo na APS. Entretanto há PVHA na área adstrita que optou por continuar em Belém. Teme violação do sigilo da sua condição sorológica para HIV. Registra a enfermeira assistente e gerente do referido serviço. Esta medida de descentralização viabilizou substrato para garantia da adesão à TARV e seu respectivo

impacto na prevenção do HIV. Abrindo possibilidades que incide e vislumbra controle e erradicação da epidemia do HIV. A enfermagem tem importante participação nesta luta!

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo levantou questões pertinentes à nossa vida acadêmica e consequentemente ao saber da enfermagem potencialmente exercido em território amazônico. Fomentado por elementos analítico balizadores da produção de tese em andamento. Este compreendido num cenário étnico/racial que pensa na realidade das relações de cuidados com a pessoa que está sob assistência da enfermagem. Para tanto, recorrendo à antropologia que valida outros conhecimentos. Ao reconhecer que existem outras maneiras de produzir o conhecimento sobre saúde e doença, para além da biomedicina.

As análises antropológicas abrangentes, possibilitou maior compreensão e crítica do pensamento científico. Importante contribuições para o campo da saúde e da enfermagem. Visto que permite relativizar conceitos biomédicos e mecanismos terapêuticos. Bem como manter-se antenada para as vias estruturantes das condições gerais de saúde. Para que se promovam redução das desigualdades de saúde e contribuição para o desenvolvimento de modelos alternativos ao desenvolvimento. Da saúde e a sobrevivência de culturas, ecossistemas e as várias formas de vida.

Através das obras estudadas, observa-se considerável atualização dos temas da socioantropologia no território local, nacional e internacional evidenciando o HIV/AIDS em seus múltiplos alcances e vivências. Entretanto, constata-se a necessidade de serem ampliados os estudos dedicados à população negra, aos indígenas e às expressões de gênero e sexualidade em sua pluralidade. Sendo importante estudar e pesquisar sobre a elaboração e implementação de políticas públicas a partir dos agentes envolvidos nas elaborações e para qual a população as políticas têm sido pensadas.

As reflexões apontadas ao longo do texto reafirmam que o racismo regula as relações entre pessoas, profissionais e gestores, assim como impõe fatores de risco extra biológicos. Uma vez que os sistemas de opressão em nossa sociedade, como os de *raça ou etnia, classe social, localização geográfica, entre outras, discriminam e excluem indivíduos ou grupos de diferentes formas*. É necessário que a produção de conhecimento se traduza em ações de serviços de atendimento, como o de proteção e promoção da saúde. Aberto a compreensão sobre identidades, sistemas de poder e como estes afetam as pessoas.

A produção deste estudo reafirma o desejo de que a Enfermagem se estabeleça nesse campo de conhecimentos e que também formule críticas incisivas aos conceitos e práticas reducionistas. Aplicado à territorialidade afro-indígena onde se fortalece o saber da enfermagem e intersecção entre

morbidades e as políticas públicas afirmativas que subsidiam as ações de saúde e humanidades no recorte a que se imprime a infecção e adoecimento provocado pelo HIV/AIDS. Em conexão e compromisso no combate de injustiças, eliminação do racismo e respeito à autonomia irrestrita dos povos originários.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro Henrique Melo. Reflexões sobre o cuidado integral no contexto étnico-racial: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 2165-2176, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KrF99wjct58jZrpqNNyxjRr/?lang=pt#ModalTutors>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. *Revista Cult*, São Paulo, ed. 247, 3 jul. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BASTOS, Cristiana. A pesquisa médica, a SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência. *Análise Social*, Lisboa, v. 32, n. 140, p. 75-111, 1997. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221840737T0gOI1vv8Os93EO7.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BASTOS, Cristiana. Ciência, poder, ação: as respostas à SIDA. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. Brasília: Editora MS, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CONRADO, Mônica Prates; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 51, p. 213-246, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/21886-Texto%20do%20artigo-74425-1-10-20170403.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

DEUS, Zélia Amador de. Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult/PA, 2019.

DEUS, Zélia Amador de. Caminhos trilhados na luta antirracista. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MILLER, Francisca de Souza. Entrevista com a antropóloga portuguesa Cristiana Bastos. *Revista Ayé*, [s.l.], v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/1146/856>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MORA, Claudia et al. HIV/AIDS: sexualidades, subjetividades e políticas. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 141-152, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/nbnQFV9v5fCTTbYMPCCm4P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: set. 2023.

MORAES, Thayse Moraes de. Expressão geográfica da epidemia de HIV/AIDS em idosos no Pará: período 2006 – 2015. 2018. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: [https://ppgenf.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_FINAL\\_\(25.06.18\).pdf](https://ppgenf.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/editais/DISSERTA%C3%87%C3%83O_FINAL_(25.06.18).pdf). Acesso em: 18 mar. 2024.

MOULIN, Gabriela et al. (org.). *Habitar o Antropoceno*. Belo Horizonte: BDMG Cultural/Cosmópolis, 2022.

NUNES JÚNIOR, Sebastião Silveira; CIOSAK, Suely Itsuko. Terapia antirretroviral para HIV/AIDS: o estado da arte. *Revista Enfermagem UERJ*, Recife, v. 12, n. 4, p. 1103-1111, abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/231267/28690>. Acesso em: 18 dez. 2023.

OLIVEIRA, Beatriz. Zélia Amador: ‘Não podemos traçar nossas lutas sem a ancestralidade’. Nós, [s.l.], 2022. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/zelia-amador-nao-podemos-tracar-nossas-lutas-sem-a-ancestralidade/>. Acesso em: 4 out. 2023.

OLIVEIRA, Kris Herik de. A pesquisa em HIV/AIDS nas Ciências Sociais: uma análise das teses e dissertações brasileiras (1990-2018). *Temáticas*, Campinas, v. 28, n. 55, p. 227-270, fev./jun. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/art07-kris.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SILVA, Adailton da. Corpo negro e saúde: um estudo sobre afrobrasileiros, Aids e ações afirmativas. 2018. 318 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: [https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/Tese\\_AdailtonSilva\\_PPGAS.pdf](https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/Tese_AdailtonSilva_PPGAS.pdf). Acesso em: 21 dez. 2023.

SPYER, Tereza; MALHEIROS, Mariana; ORTIZ, María. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. *Revista Epistemologias do Sul*, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019.

TORRES, Marta Giane Machado. Assistência Domiciliar Terapêutica/UREDIPE como estratégia de integralidade no contexto do Sistema Único de Saúde. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

TORRES, Marta Giane Machado. Enfermagem e a socioantropologia do HIV/AIDS na Amazônia paraense: mulher, parto, transmissão vertical em fragmentos de um diário de campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 13., 2022, Salvador. Anais eletrônicos. Campinas: Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/abrascao-2022/trabalhos/enfermagem-e-a-socioantropologia-do-hiv aids-na-amazonia-paraense-mulher-parto-tr?lang=pt-br>. Acesso em: 18 fev. 2024.

TORRES, Marta Giane Machado; SANTOS, Antônio Luís Parlandin. Educação, ambiente e interculturalidades do nosso viver amazônico: vivência pelo bem viver! Revista Humanitas, [s.l.], v. 2, n. 1/2, p. 117-136, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Documents/DOC.%20DOUTORADO/Atigo%20humanitas%20-%20Marta%20GianexAntonio%20Parlandin.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VEGA SANABRIA, Guillermo. Ciência, justiça e antropologia no debate sul-africano da AIDS: produção de sensibilidades e regulação moral entre especialistas. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 26, p. 191-212, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/mkpyShTYPXJhN8zPSYCgvYx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

VEGA SANABRIA, Guillermo. Ciência, justiça e cultura na controvérsia sul-africana sobre as causas e tratamentos da AIDS. 2013. 275 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/824395.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.